



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº /2017
(da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Requer a revisão de despacho das proposições abaixo elencadas para que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se pronuncie acerca das matérias tratadas nos respectivos projetos.

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 15, de 2016, e do art. 32, XXIV, do RICD, requero a Vossa Excelência determinar a **REDISTRIBUIÇÃO** a esta Comissão das proposições abaixo elencadas que são, por mérito, pertinentes ao seu campo temático, a fim de oportunizar que este órgão se pronuncie sobre as matérias.

Certa do atendimento ao pleito, antecipamos nossos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2017.

Deputada SHÉRIDAN
Presidente

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

Proposição	Autor (a)	Ementa
PL 4884/2012	Senado Federal - Marta Suplicy (PT-SP)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre licença especial à gestante em situação de risco.
PL 358/2015	Silvio Costa (PSC-PE)	Revoga o art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Explicação da Ementa: Revoga dispositivo que torna obrigatório para a mulher um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, em caso de prorrogação do horário normal, antes do início do período extraordinário do trabalho.
PL 3220/2015	Senado Federal - José Medeiros (PPS-MT)	Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.
PL 6215/2016	Hélio Leite (DEM-PA)	Altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para instituir o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado Nacional.
PL 7037/2017	Wadih Damous (PT-RJ) e Glauber Braga (PSOL-RJ)	Acrescenta o art. 77-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação da Ementa: Assegurar o direito a maternidade de mulheres que se encontram no cárcere e também preservar a dignidade dos filhos no período fundamental do seu desenvolvimento.
PL 7057/2017	Laura Carneiro (PMDB-RJ)	Altera artigo 396 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para garantir a mãe, durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais de meia hora cada um para amamentar e cuidar do próprio filho ou do filho adotado, até que este complete 6 (seis) meses de idade.